

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	31
CAPÍTULO I – AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	33
OS NOVOS PARADIGMAS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	33
<i>Franklyn Roger Alves Silva</i>	
1. Introdução	33
2. Boa-fé processual.....	34
3. A cooperação das partes.....	34
4. Interpretação das normas.....	36
5. Contraditório	37
6. Vedação à decisão surpresa.....	38
7. Referências	40
CAPÍTULO II – DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	41
SISTEMAS PROCESSUAIS: A QUESTÃO DA APLICAÇÃO SUPLETIVA E SUBSIDIÁRIA DO ART. 15 DO NOVO CPC.....	41
<i>Jorge Bheron Rocha</i>	
1. Introdução	41
2. O artigo 15 do Novo CPC: alusão expressa à aplicação subsidiária e supletiva	42
2.1. Aplicação do NCPC ao Processo Eleitoral	43
2.2. Aplicação do NCPC ao Processo Trabalhista.....	46
2.3. Aplicação do NCPC ao Processo Administrativo	49
3. Processual Penal e o Art. 15 do NCPC: lacuna ou silêncio eloquente?.....	50
4. Notas Conclusivas	53
CAPÍTULO III –DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO.....	55
LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NA TUTELA INDIVIDUAL DE PESSOAS QUE COMPONHAM GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS: A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA CONFORME O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – CPC/2015	55
<i>Arthur Corrêa da Silva Neto</i>	
1. Introdução	55

2.	As novas atribuições da defensoria pública e o fortalecimento do órgão: maior proteção jurídica do cidadão e da sociedade.....	57
3.	Conceito. Origem histórica. Fundamentação da legitimação extraordinária.....	59
4.	Defensoria pública. Substituição processual. Tutela individual de pessoas que componham grupos sociais vulneráveis.....	62
5.	Conclusão	65
6.	Referências	66

A JURISDIÇÃO E A AÇÃO NO CPC/2015: UM OLHAR RENOVADO SOBRE AS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL 69

Júlio Camargo de Azevedo

1.	Introdução	69
2.	A evolução conceitual das categorias jurisdição e ação	70
3.	A jurisdição e a ação no CPC/1973	72
4.	A crise conceitual da jurisdição e da ação.....	75
5.	O perfil renovado de jurisdição e ação e o Código Processual de 2015 ...	77
6.	A polêmica em torno das condições da ação no CPC/2015.....	78
7.	Conclusão	80
8.	Referências Bibliográficas.....	80

CAPÍTULO IV – DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 83

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL, GRATUIDADE JUDICIÁRIA E ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTERNACIONAIS E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO DE 2015 83

Edilson Santana Gonçalves Filho

1.	Introdução: a cooperação jurídica internacional	83
2.	Conflito entre normas processuais de direito internacional e de direito interno.....	85
3.	Cooperação jurídica no âmbito do MERCOSUL.....	85
4.	Autoridades centrais	86
4.1.	Tramitação Ativa e Passiva.....	87
5.	Tradução e autenticação de documentos	88
6.	Acesso à justiça, benefício da justiça gratuita e assistência jurídica aos necessitados no âmbito da cooperação jurídica internacional.....	89
6.1.	Tramitação de Pedidos para Obtenção de Assistência Jurídica Gratuita Internacional.....	93

7.	Formas de cooperação jurídica internacional: auxílio direto, cartas rogatórias e homologação de sentenças estrangeiras	96
7.1.	Auxílio Direto	96
7.2.	Cartas Rogatórias e Homologação de Sentenças Estrangeiras	98
8.	Referências	104

CAPÍTULO V – DA COMPETÊNCIA..... 107

COMPETÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 107

José Roberto Sotero de Mello Porto

1.	A competência e o processo civil: breves noções gerais	107
1.1.	Conceito e fundamentos.....	107
1.2.	A competência e a Defensoria Pública: competência x atribuição.	109
2.	Visão panorâmica da competência no Novo Código de Processo Civil.....	111
2.1.	As disposições verdadeiramente gerais (Seção I: artigos 42 a 45)	112
2.2.	As disposições gerais específicas (artigos 46-53).....	118
3.	A modificação da competência no Novo Código de Processo Civil.....	123
4.	A disciplina da incompetência no Novo Código de Processo Civil.....	128
5.	A cooperação nacional: uma novidade no Novo Código de Processo Civil	130
6.	Referências	132

CAPÍTULO VI – DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES..... 135

A LEALDADE PROCESSUAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 135

Franklyn Roger Alves Silva

1.	Introdução	135
2.	Dos deveres das partes e de seus procuradores.....	135
3.	Referências	138

CAPÍTULO VII – DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA..... 139

A GRATUIDADE DE JUSTIÇA NO NOVO CPC 139

Diogo Esteves

1.	Introdução	139
2.	A natureza da gratuidade de justiça	140
3.	A disciplina processual da gratuidade de justiça	142
3.1.	Extensão subjetiva da gratuidade de justiça.....	143

3.2.	Requisitos para obtenção da gratuidade de justiça.....	144
3.3.	Alcance da gratuidade de justiça.....	149
3.4.	Procedimento para obtenção, revogação e cassação da gratuidade de justiça.....	152
3.4.1.	Deferimento da gratuidade de justiça – integral ou parcial...	152
3.4.2.	Modo de requerer a gratuidade de justiça.....	154
3.4.3.	A impugnação à gratuidade de justiça.....	159
3.4.4.	A revogação/cassação da gratuidade de justiça.....	163
3.4.5.	Da condenação do beneficiário da gratuidade de justiça no caso de sucumbência.....	166
3.5.	A gratuidade de justiça para atos extrajudiciais e sua impugnação.....	167
3.6.	A avaliação do direito à assistência jurídica e sua autonomia em relação à gratuidade de justiça.....	174
4.	Referências	177

CAPÍTULO VIII – REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL E CAPACIDADE POSTULATÓRIA 179
A REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL E A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 179

Franklyn Roger Alves Silva / Diogo Esteves

1.	Introdução	179
2.	A capacidade postulatória dos membros da Defensoria Pública	180
3.	A atribuição como limitação da capacidade postulatória	182
4.	A representação processual no novo Código de Processo Civil	185
4.1.	Representação em juízo ou fora dele independente de mandato...	186
4.2.	A curadoria especial como representante da parte.....	189
5.	Referências	190

CAPÍTULO IX – LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÕES DE TERCEIROS 191
LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS NO NOVO CPC DE 2015: UMA VISÃO GERAL 191

Maurilio Casas Maia

1.	Introdução	191
2.	Litisconsórcio	192

3.	Intervenções de Terceiro	195
3.1.	Assistência.....	195
3.1.1.	Assistência Simples.....	195
3.1.2.	Assistência Litisconsorcial.....	196
3.2.	Denúnciação da Lide	197
3.3.	Chamamento ao Processo.....	198
3.4.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ) ...	199
3.5.	<i>Amicus Curiae</i>	200
3.6.	Intervenções Constitucionais.....	202
3.6.1.	Ministério Público	202
3.6.2.	Defensoria Pública	205
3.7.	Nomeação à autoria?.....	208
3.8.	Oposição?.....	209
4.	Notas Conclusivas	210
5.	Referências	210

CAPÍTULO X – SUJEITOS DO PROCESSO 217

A FORMATAÇÃO PROCESSUAL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 217

Franklyn Roger Alves Silva

1.	Introdução	217
2.	As funções institucionais da Defensoria Pública.....	218
3.	As prerrogativas da Defensoria Pública	220
4.	A responsabilidade funcional da Defensoria Pública.....	221
5.	Referências	222

A FORMATAÇÃO PROCESSUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA ADVOCACIA PÚBLICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... 223

Pedro González

1.	Das Funções Essenciais à Justiça.....	223
2.	A atuação processual do Ministério Público no CPC/15.....	225
3.	A atuação processual da Advocacia Pública no CPC/15.....	228
4.	Prerrogativas do Ministério Público e da Fazenda Pública: prazo em dobro e intimação pessoal	230

4.1. Prazo em dobro	230
4.2. Intimação pessoal.....	231
5. Responsabilidade funcional dos membros do Ministério Público e da Advocacia Pública	233
6. Referências	233
CAPÍTULO XI – ATOS PROCESSUAIS.....	235
NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS: UMA ABORDAGEM CASUÍSTICA E PRÁTICA.....	235
<i>Marco Paulo Denucci Di Spirito</i>	
1. Introdução	235
2. Considerações gerais em torno do negócio jurídico processual	236
3. Lógica modular e tutela diferenciada.....	243
4. O negócio jurídico processual e a dicotomia direito público/direito privado	246
5. Negócios jurídicos processuais típicos e atípicos.....	248
6. Direitos que admitem autocomposição.....	249
7. Parte que se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade	253
8. Negócios jurídicos prévios e incidentais	256
9. Casuística.....	258
9.1. Negócios jurídicos processuais cabíveis de acordo com o FPPC ...	258
9.2. Outras propostas	260
9.2.1. Módulos procedimentais e espraçamento sentencial	260
9.2.2. Definição de julgamento por equidade	262
9.2.3. Cláusula de instância.....	265
9.2.4. Técnica de descrição do montante controverso e do montante incontroverso	266
9.2.5. Retenção atípica	267
9.2.6. <i>Duty of disclosure</i> e <i>discovery</i>	268
9.2.7. Citação e intimação via cartório de títulos e documentos... ..	269
9.2.8. Procedimento de depósito de bens na locação de imóvel urbano	271
9.2.9. Técnica de venda antecipada de bem dado em garantia	272
9.2.10. Averbação de restrição ou indisponibilidade convencional sobre direitos registrados.....	272

10. Conclusões	273
11. Referências bibliográficas	274

NULIDADES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ASPECTOS PRÁTICOS NA ATUAÇÃO DEFENSORIAL 279

Alfredo Emanuel Farias de Oliveira / Roger Vieira Feichas

1. Introdução	279
2. Referências	288

VALOR DA CAUSA..... 291

José Roberto Sotero de Mello Porto

1. Conceito	291
2. Relevância prática.....	292
3. Critérios para definição.....	295
3.1. Cobrança de dívida (artigo 292, I)	295
3.2. Questões sobre ato jurídico (artigo 292, II).....	295
3.3. Alimentos (artigo 292, III).....	295
3.4. Divisão, demarcação, reivindicação (artigo 292, IV).....	296
3.5. Indenizações (artigo 292, V)	296
3.6. Cumulação de pedidos – cumulação sucessiva (artigo 292, VI).....	297
3.7. Pedidos alternativos – cumulação alternativa? (artigo 292, VII)....	297
3.8. Cumulação subsidiária (artigo 292, VIII).....	298
3.9. Prestações vincendas (artigo 292, §§1º e 2º)	298
3.10. Outras disposições específicas	298
4. Correção ex officio.....	299
5. Impugnação	300
6. Referências	301

CAPÍTULO XII – TUTELA PROVISÓRIA 303

A TUTELA DE URGÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOVA TÉCNICA PROCESSUAL PARA TUTELA DE DIREITOS..... 303

Alexandre Mendes Lima de Oliveira Raquel Brodsky Rodrigues

1. Palavras introdutórias	303
---------------------------------	-----

2.	A tutela provisória no sistema processual civil: breve contextualização	304
3.	Comentários à tutela de urgência conforme o Novo Código de Processo Civil	306
4.	Da interpretação dos requisitos infraconstitucionais da tutela de urgência segundo os ditames constitucionais, em especial, da proteção à criança, ao adolescente, ao idoso e à pessoa com deficiência	311
5.	Considerações finais	317
6.	Referências	317

CAPÍTULO XIII – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO..... 319

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO, INTERRUPÇÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO (ARTS. 312 A 317)..... 319

Roger Vieira Feichas

1.	Visão geral do processo.....	319
2.	Formação da relação processual	320
2.1.	Estabilização do processo.....	321
3.	Suspensão do processo	322
3.1.	Suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual (art. 313, I)	323
3.2.	Suspensão do processo por convenção das partes (art. 313, II)....	324
3.3.	Suspensão do processo pela arguição de impedimento ou suspeição	325
3.4.	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	325
3.5.	Suspensão em razão da dependência do julgamento de outra causa, de declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou de produção de prova (art. 313, V, a e b)	325
3.6.	Suspensão por motivo de força maior (art. 313, VI)	327
3.7.	Outros casos de suspensão regulados pelo código (art. 313, VII)..	327
3.8.	Suspensão para verificação da existência de fato delituoso	327
3.9.	Suspensão no processo executivo	328
4.	Interrupção do processo.....	329
4.1.	Extinção do processo	329
4.2.	Sentença terminativa	330
4.3.	Hipóteses de extinção sem resolução de mérito.....	330

4.4.	Indeferimento da petição inicial (art. 485, I)	330
4.5.	Paralisação do processo por negligência das partes (art. 485, II) e abandono da causa pelo autor (art. 485, III).....	331
4.6.	Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, inciso IV).....	333
4.7.	Perempção, litispendência ou coisa julgada (art. 485, inciso V)....	333
4.8.	Ausência de legitimidade ou de interesse processual (art. 485, inciso VI)	334
4.9.	Convenção de Arbitragem (art. 485, inciso VII).....	334
4.10.	Desistência da ação (art. 485, VIII).....	334
4.11.	Intransmissibilidade da ação (art. 485, IX).....	335
4.12.	Demais casos previstos na lei.....	335
5.	Sentença Definitiva.....	336
5.1.	Hipóteses de extinção com resolução de mérito	336
5.2.	Acolhimento ou rejeição do pedido formulação na ação ou na reconvenção (art. 487, I)	336
5.3.	Decisão sobre a decadência ou prescrição	337
5.4.	Decisão homologatória nas hipóteses do art. 487, III, a, b, e c.....	338
6.	Conclusão	339
7.	Referências	339
CAPÍTULO XIV – MEDIAÇÃO.....		341
A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE CONSUMO NO NOVO CPC.....		341
<i>Fabio Schwartz</i>		
1.	Introdução	341
2.	Os diversos métodos de composição de litígios	344
3.	A mediação como legítimo instrumento para composição dos conflitos de consumo	347
4.	A Mediação no novo CPC e o filtro consumerista.....	351
5.	Considerações finais	355
6.	Referências	356

CAPÍTULO XV – PROVAS 359
REFLEXÕES SOBRE A PROVA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 .. 359

Cirilo Augusto Vargas

1.	Introdução	359
2.	Processo, justiça e verdade.....	362
3.	O livre convencimento motivado foi extinto pelo CPC/2015?.....	365
4.	Instrução processual e contraditório dinâmico.....	367
4.1.	Prova emprestada	369
4.2.	Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	374
4.3.	Negócio jurídico processual em matéria probatória.....	375
5.	Atividade instrutória do curador especial e dosagem do contraditório..	379
6.	Síntese conclusiva.....	383
7.	Referências	385

CAPÍTULO XVI – SENTENÇA E COISA JULGADA 389

Cintia Regina Guedes

1.	Introdução	389
1.1.	Fundamentação das sentenças.....	389
1.2.	A importância do contraditório para a fundamentação das sentenças e a necessidade de mudança da cultura processual.....	391
1.3.	A fundamentação das sentenças nos Juizados Especiais Cíveis.....	395
1.4.	A sentença e a decisão parcial de mérito	396
1.5.	Os novos efeitos da sentença terminativa.....	398
2.	Coisa julgada	401
2.1.	Limites objetivos da coisa julgada.....	402
2.1.1.	A regulamentação do tema no novo CPC – extensão da coisa julgada às questões prejudiciais.....	405
2.1.2.	A inspiração do tema no direito norte-americano – issue preclusion	407
2.1.3.	Críticas ao sistema do novo CPC	409
2.1.4.	Requisitos para a extensão da coisa julgada à questão prejudicial	411
2.1.5.	Da importância da fase de saneamento do processo para a identificação das questões prejudiciais que restarão cobertas pela coisa julgada.....	414

2.1.6. Da ação declaratória incidental.....	416
2.2. Limites subjetivos da coisa julgada	420
CAPÍTULO XVII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	421
DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	
SOB A ÓTICA DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	421
<i>Vinicius Lamego de Paula</i>	
1. Do direito de posse e da sua função social:	421
2. Das normas processuais que protegem a autonomia do direito de posse em relação ao de propriedade:	423
3. Da tutela possessória	424
4. Da fungibilidade das ações possessórias.....	426
5. Da possibilidade de cumulação de pedidos.....	426
6. Do caráter dúplice das ações possessórias.....	427
6.1. Do pedido contraposto de retenção e indenização pela realização de benfeitorias e acessões:.....	428
6.2. Da possibilidade de formulação de pedido genérico de indenização pelas benfeitorias e acessões:.....	429
7. Do procedimento das ações possessórias.....	430
8. Das ações possessórias movidas contra um grande número de pessoas	432
8.1. Da intimação obrigatória e da atuação da Defensoria Pública como guardião dos interesses dos vulneráveis (custos vulnerabilis):.....	432
8.2. Da citação por edital	434
8.3. Da audiência de mediação	435
AS AÇÕES DE FAMÍLIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	439
<i>Helio Antunes Carlos</i>	
1. Introdução	439
2. A mudança de paradigma.....	440
3. Da Jurisdição Voluntária	441
4. Do Procedimento especial Contencioso das Ações de Família no CPC/2015.....	444
5. Da competência Das ações de família	454
1ª Etapa:	454
2ª Etapa:	455

3ª Etapa:	455
4ª Etapa:	457
6. Conclusão	460
7. Referências	460
CAPÍTULO XVIII – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	463
PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	463
<i>Felippe Borring Rocha</i>	
1. Introdução	463
2. As custas processuais.....	466
3. A tramitação durante as férias	466
4. A estrutura procedimental	467
5. A petição inicial	467
6. As comunicações processuais e a resposta do requerido	469
7. As provas	470
8. A intimação da Fazenda Pública	470
9. A sentença	470
10. Os recursos	471
11. A estabilidade da decisão	472
12. Referências	474
CAPÍTULO XIX –PROCESSO DE EXECUÇÃO	475
BREVES ANOTAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE EXECUÇÃO NO NCPC	475
<i>Diego Martinez Fervenza Cantoario</i>	
1. Introdução	475
2. Exclusão das execuções autônomas de título executivo judicial contra a Fazenda Pública e contra o devedor de alimentos do âmbito do processo de execução.....	476
3. Meios executórios.....	479
3.1. Abandono da dicotomia entre meios de coerção e meios de sub-rogação	480
3.2. Cumprimento dos atos executivos pelo oficial de justiça em comarcas contíguas	481
3.3. Inclusão do nome do executado no cadastro de inadimplentes	481
4. Interesse de agir e processo de conhecimento	482

5.	Remessa dos autos ao contador	482
6.	Fraude à execução (arts. 792 e seguintes)	483
6.1.	Contraditório na fraude à execução.....	484
7.	Impenhorabilidade dos créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculadas à execução da obra.....	485
8.	Penhora	486
8.1.	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira.....	486
8.2.	Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personificadas	487
9.	Embargos do executado	488
10.	Parcelamento (NCPC, art. 916)	490
11.	Referências	492

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA POR QUANTIA CERTA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 495

Diego Martinez Fervenza Cantoario

1.	Introdução	495
2.	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza e acordo celebrado pela Defensoria Pública (CPC, art. 784, IV).....	496
3.	Protesto da decisão transitada em julgado (CPC, art. 517)	497
4.	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia.....	500
5.	Cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa por quantia certa	501
6.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	503
7.	Impugnação ao cumprimento de sentença.....	505
8.	Exceção de pré-executividade (CPC, art. 518).....	507
9.	Bibliografia	509

LIMITAÇÃO À EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E MÍNIMO EXISTENCIAL DO DEVEDOR..... 511

Bruno de Almeida Passadore Ricardo Alves de Góes

1.	Introdução	511
2.	Conceito de processo de execução e de obrigação de pagar quantia certa.....	512

3.	Evolução histórica da exceção de pré-executividade, seu objetivo e aplicação no ordenamento jurídico brasileiro	513
4.	Da teoria do mínimo existencial, da teoria do patrimônio mínimo e da garantia da impenhorabilidade do bem de família	517
5.	Do Regime das Impenhorabilidades Propriamente Ditas	519
6.	Das consequências da não alegação de impenhorabilidade em momento oportuno.....	520
7.	Conclusão	523
8.	Referências	523

CAPÍTULO XX – ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS 525

A ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS 525

José Roberto Sotero de Mello Porto

1.	Visão panorâmica do tema.....	525
2.	As Disposições Gerais e o dito Microsistema de Precedentes	525
2.1.	O casuísmo brasileiro entre dois sistemas: o <i>common law</i> e o civil law.....	526
2.2.	A resposta do legislador de 2015: a busca de uma jurisprudência uniformizada, íntegra, estável e coerente	529
2.3.	O rol do artigo 927: precedentes vinculantes?	535
2.4.	A alteração da jurisprudência.....	540
3.	A Ordem dos Processos nos Tribunais: minúcias processuais e procedimentais.....	541
3.1.	O relator no Novo Código de Processo Civil.....	541
3.2.	O julgamento no âmbito do tribunal	542
3.3.	A positivação da instrumentalidade das formas versus a jurisprudência defensiva.....	545
3.4.	O fim dos embargos infringentes e a técnica de julgamento do artigo 942.....	547
4.	Referências	549

NOÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE A TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E SUA APLICABILIDADE NO CÓDIGO PROCESSUAL DE 2015 551

Júlio Camargo de Azevedo

1.	Introdução	551
----	------------------	-----

2.	Desmistificando o precedente: algumas notas fundamentais para a adequada compreensão do instituto	552
2.1.	Conceito	552
2.2.	Requisitos de formação	554
2.3.	Identificação, distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>) ..	558
2.4.	Eficácia	560
3.	O “microssistema de precedentes” do CPC/2015.....	561
4.	Conclusão	563
5.	Referências Bibliográficas.....	563

CAPÍTULO XXI – INCIDENTES NOS TRIBUNAIS..... 567

O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA COMO MECANISMOS DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NOS TRIBUNAIS E A PARTICIPAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA FORMAÇÃO DOS PRECEDENTES 567

Régis Gurgel do Amaral Jereissati

1.	Introdução	567
2.	O incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR e o incidente de assunção de competência – IAC como mecanismos de uniformização da jurisprudência nos tribunais	575
2.1.	O Regramento Aplicável aos Precedentes.....	575
3.	O incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR	582
3.1.	Os Requisitos de Admissibilidade	584
3.2.	O Caráter Preponderantemente Objetivo	606
3.3.	A Gratuidade das Custas Processuais	608
3.4.	O Papel Desempenhado pelo Ministério Público.....	609
3.5.	A Forma de Instauração e o Endereçamento.....	611
3.6.	A Prova Documental a Demonstrar o Cumprimento dos Requisitos de Admissibilidade	614
3.7.	O Órgão Competente para o Processo e Julgamento.....	615
3.8.	A “Causa-Piloto”: Recurso, Remessa Necessária ou Processo de Competência Originária.....	618
3.9.	A Divulgação e a Publicidade.....	624
3.10.	A Fixação de Prazo para o Julgamento	626

3.11. O Órgão Competente para o Juízo de Admissibilidade.....	629
3.12. Os Poderes do Relator do IRDR Admitido	631
3.12.1. A suspensão dos processos pendentes	633
3.13. Os Sujeitos Processuais.....	635
3.14. A Deliberação das Medidas Urgentes na Hipótese de ser Determinada a Suspensão dos Processos Pendentes	638
3.15. Os Poderes do Ministro Relator do Tribunal Superior	638
3.16. Os Legitimados a Recorrer do Acórdão que Julgar o IRDR.....	640
3.17. O Procedimento.....	642
3.18. A Ordem a ser Seguida para o Julgamento	643
3.19. A Aplicação da Tese Jurídica Formulada	647
3.19.1. A aplicação da tese jurídica aos juizados especiais	654
3.20. A Reclamação como Instrumento Processual Capaz de Conferir Força à Tese Jurídica	656
3.21. A Integração da Atuação Jurisdicional e Administrativa Quanto ao Resultado do Julgamento	668
3.22. A Revisão da Tese Firmada.....	669
3.23. Os Recursos Cabíveis em Face da Tese Firmada	675
4. O incidente de assunção de competência – IAC.....	677
4.1. Os Requisitos de Admissibilidade	677
4.2. A Competência.....	681
4.3. O Procedimento.....	683
4.4. A Força Vinculante.....	686
5. A atuação da defensoria pública no incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR e no incidente de assunção de competência - IAC.....	689
5.1. O Papel Constitucional e Legal Reservado à Defensoria Pública	689
5.2. As Formas de Atuação	698
5.2.1. A condição de representante de uma das partes da “causa-piloto”	699
5.2.2. A atuação independentemente de participação na “causa-piloto” em favor dos sujeitos sobrestados.....	701
5.2.3. A defesa das prerrogativas e funções institucionais	704
5.2.4. A intervenção como amicus curiae	707

5.2.5. A faculdade conferida à defensoria pública para participar do incidente	713
6. Referências	718
CAPÍTULO XXII – RECURSOS.....	723
RECURSOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	723
<i>Helio Antunes Carlos</i>	
1. Introdução	723
2. Juízo de mérito e juízo de admissibilidade	734
3. Requisitos de Admissibilidade.....	741
4.4.3. O reconhecimento da procedência do pedido.....	755
4.4.4. A renúncia ao recurso.....	756
4.4.5. Aceitação ou aquiescência à decisão.....	757
4.5. Tempestividade	758
4.6. Regularidade Formal.....	765
4.7. Preparo	767
5. Dos efeitos dos recursos.....	770
5.1. Efeito Obstativo	770
5.2. Efeito Suspensivo.....	770
5.3. Efeito Devolutivo	773
5.4. Efeito Regressivo	776
6. Recursos em espécie.....	777
6.1. Apelação.....	777
6.2. Agravo de Instrumento	785
6.3. Agravo Interno.....	800
6.4. Embargos de Declaração.....	804
6.5. Recurso Ordinário.....	812
6.6. Recursos Especial e Extraordinário.....	815
6.6.1. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	830
6.7. Agravo em Recurso Especial e Extraordinário	835
6.8. Embargos de Divergência	836

7.	Recurso Adesivo	840
8.	Conclusões	843
9.	Referências	843